
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rio Teresópolis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

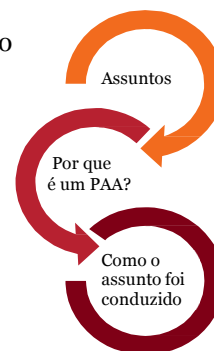
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rio Teresópolis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para passivos contingentes de natureza cível

Conforme divulgado na nota explicativa 16, a Companhia é parte em processos de natureza cível, para os quais a administração estima os valores envolvidos e registra provisão em seu balanço nos casos em que considera que haverá perda provável.

Adicionalmente, a Companhia possui ações cíveis em andamento para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando as perspectivas para perda avaliadas como possíveis pela administração, a partir de posições de seus assessores jurídicos.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolvem elevado grau de julgamento por parte da administração, dada a complexidade dos temas. A avaliação da administração leva em consideração, também, acordos de indenização de eventuais perdas nos referidos processos, negociados separadamente com companhias seguradoras. Nesse contexto, o andamento dos referidos processos nas diversas esferas aplicáveis pode resultar em desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada ao reconhecimento de provisão para perdas com processos judiciais de natureza cível e os procedimentos internos adotados pela administração para a determinação da provisão e respectiva divulgação.

Adicionalmente, obtivemos confirmação dos consultores jurídicos externos que patrocinam os processos de natureza cível da Companhia, contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda possível e provável. Testamos a consistência das informações recebidas dos assessores externos com as informações provenientes dos controles auxiliares preparados e mantidos pela administração.

Também contamos com o auxílio de nossos especialistas na área cível para a avaliação da razoabilidade dos aspectos críticos associados ao processo de estimativa administração.

Inspecionamos, ainda, as apólices de seguro que contém cláusulas vinculantes de cobertura para os processos judiciais de natureza cível.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações, estão consistentes com as informações recebidas ao longo de nossa auditoria.

Contabilização dos gastos com infraestrutura da concessão

Conforme descrito na Nota 12 às demonstrações financeiras, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2016, saldo de ativo intangível de R\$ 186.189 mil, correspondente aos gastos com infraestrutura do contrato de concessão da Rodovia Rio-Teresópolis, que é recebido por meio da cobrança aos usuários via tarifa de pedágio.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, devido a magnitude dos valores investidos em infraestrutura, ao julgamento quanto aos valores de amortização até o final da concessão e aos controles e critérios de elegibilidade para o registro de adições no período correto.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação da consistência da política contábil relacionada ao registro contábil dos gastos com infraestrutura com os procedimentos internos adotados pela administração.

Adicionalmente, realizamos o entendimento e teste dos controles internos relevantes sobre o ambiente de tecnologia da informação que suporta a estrutura de controles da Companhia, bem como entendimento e teste dos controles internos relevantes ao processo de registro dos gastos em infraestrutura do período, reconhecidos no ativo intangível de concessão. Também inspecionamos, em base amostral, os documentos suporte referente

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

aos gastos em infraestrutura do período, bem como testamos a amortização do ativo intangível, pelo prazo do contrato de concessão.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para registro e amortização dos gastos em infraestrutura são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Reconhecimento das receitas de pedágio

Conforme descrito na Nota 20, as receitas da Companhia advêm, substancialmente de cobrança de pedágio. Tais receitas são auferidas por meio de cobrança manual e também por meio de sistemas automáticos de arrecadação, que computam automaticamente a passagem dos veículos e atualizam os registros contábeis da Companhia.

Considerando o elevado nível de automação do processo de registro da receita, julgamos que essa é uma área importante para a nossa auditoria em decorrência do risco de distorções relevantes associados a totalidade das receitas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e os procedimentos internos adotados pela administração para o registro da receita de cobrança de pedágio.

Adicionalmente, realizamos o entendimento e teste dos controles internos relevantes sobre o ambiente de tecnologia da informação que suporta a estrutura de controles da Companhia, bem como realizamos o entendimento e teste dos controles associados a totalidade da receita.

Obtivemos ainda confirmação junto às empresas de arrecadação automática de pedágio, bem como das empresas de custódia de valores, responsáveis pela coleta da arrecadação manual, sobre o total da receita gerada pela Companhia por meio desses sistemas de cobrança.

O resultado desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Concessionária Rio Teresópolis S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

Concessionária Rio Teresópolis S.A.

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

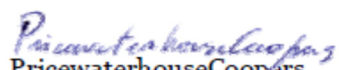
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017


PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

1. AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades de 2016, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar a sociedade, parceiros, investidores e usuários, a responsabilidade social da Concessionária Rio Teresópolis S/A.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. INTRODUÇÃO

2.1 A CRT

A Concessionária Rio Teresópolis S/A (CRT), tem como objetivo a administração da Rodovia Rio Teresópolis, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, concedida pelo poder público federal em 22/11/1995 e regulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sua operação teve início em 22/03/1996 e se estenderá até 21/03/2021.

Em dezembro de 2001 a CVM autorizou a emissão de Debêntures Conversíveis em ações Preferenciais – Classe A. Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores o total de 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas no término do prazo de colocação.

Em 10.06.2003, a CRT – FIP passou a integrar o quadro de acionistas mediante aquisição de 9.420 ações preferenciais, posteriormente alteradas para 9.524.

Em dezembro de 2010, a INVEPAR sucedeu a OAS na estrutura acionária da CRT.

A rodovia cruza os municípios de Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias que juntos somam uma população de aproximadamente 1,3 milhões (IBGE – Censo 2010).

CRT - Relatório da Administração 2016

Além de sua importância como via de escoamento de produtos agrícolas, a Região Serrana é a “maior produtora de hortigranjeiros do Estado, em volume, e a maior fornecedora de olerícolas folhosas para as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa – RJ)”. A rodovia BR-116/RJ também é uma importante via de fomento ao turismo do Estado, interligando a Capital e a Região Serrana, que conta com inúmeras belezas naturais e tem como principais atrativos o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), o Parque Estadual dos Três Picos, a sede de treinamento da Seleção Brasileira de Futebol, localizada na Granja Comary e um desenvolvido turismo rural.

No Km 77,2 há o entroncamento com a Rodovia RJ-130 (Teresópolis-Friburgo), que juntamente com a RJ-142 faz parte do circuito turístico Serramar, ligando a Região Serrana à Região dos Lagos.

A rodovia está integrada às demais rodovias estaduais e federais e ao Arco Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, compondo importante eixo estratégico do Estado para a distribuição de produtos e fornecimento de serviços para atender o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.

A companhia atualmente opera com três praças de pedágio, a praça principal PN1 localizada no km 133,5, em Bongaba, e as praças auxiliares PA1, localizada no km 114,5, em Santo Aleixo, e PA2 localizada no km 122, em Santa Guilhermina. Também estão em operação os postos de pesagem fixos localizados em Três Córregos (km 70,9) e em Mauá (km 131).

A CRT tem implementado várias iniciativas inéditas no setor de rodovias brasileiras, dentre estas, o programa de *'Monitoramento das Condições Climáticas Associadas às Condições Geológicas-Geotécnicas da Rodovia BR-116/RJ e seu entorno'*, que vem sendo desenvolvido desde 2006, em parceria com a COPPE/UFRJ e o INMET, com estações meteorológicas que monitoram as condições climáticas e a associação destas às condições geológicas e o programa *"Fauna Viva"* cujo objetivo é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência. Desta forma, busca-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução destas ocorrências, como por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis em perigo ou feridas no entorno da rodovia.

CRT - Relatório da Administração 2016

Em paralelo ao programa de investimentos, a CRT implantou e mantém uma gama de serviços voltados para seus usuários, conforme descrito abaixo:

Serviços	Quantidade
Ambulância	1
Bases Operacionais	4
Câmeras de monitoramento	63
Carros-resgate	2
Estação meteorológica	2
Estação pluviométrica	9
Guinchos	8
Painéis de mensagens variáveis	6
Telefones de emergência (callboxes)	100
UTI - Móvel	1
Viaturas de Inspeção	6

Para coordenar toda esta estrutura de atendimento a Concessionária dispõe da Central de Controle de Operações (Central de Inteligência 24 horas) com supervisor e operadores de tráfego, que comandam todos os serviços de apoio aos usuários, além da integração com a Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e Defesa Civil.

A CRT gera cerca de 916 empregos diretos e indiretos (base dezembro/2016), sendo que a maioria de seus funcionários reside em Magé, Teresópolis, Guapimirim e Duque de Caxias, municípios da região atendidos pela via.

Com a geração de empregos, arrecadação de impostos e melhoria na infraestrutura rodoviária, a CRT contribui para o desenvolvimento da região servida pela rodovia.

Ao longo destes 20 anos de gestão, a CRT, através de sua política de Responsabilidade Social, vem aumentando sua participação de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia. Com ações de cunho educativo e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos, a companhia vem obtendo recepção positiva não só daqueles beneficiados como também dos colaboradores internos e usuários da rodovia.

2.2 Destaques do Ano

O ano de 2016 impôs grandes desafios à companhia. A crise econômica, a Lei dos Caminhoneiros e o não reajuste da tarifa de pedágio em 2013, 2014 e 2015, impactaram fortemente o faturamento ao longo do ano. Como forma de mitigar os efeitos deste impacto, a CRT promoveu grandes esforços para redução dos custos e reprogramou uma

CRT - Relatório da Administração 2016

série de investimentos previstos no PER¹, permitindo um Fluxo de Caixa saudável. A seguir, os destaques de 2016:

- A ANTT², através da Resolução 5.210/16 de 08/11/2016 publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 02/12/2016, reconheceu o desequilíbrio do contrato de concessão na 21ª Revisão Ordinária, aprovou a 6ª revisão extraordinária da tarifa básica de pedágio (TBP) e autorizou o reajuste da TBP de R\$ 12,20 para R\$ 17,10.
- O reajuste da TBP passou a vigorar a partir do dia 05/12/2016, reequilibrando os reajustes não concedidos desde 2013 e a Lei dos Caminhoneiros - nº 13.103, sancionada no início de março e que passou a vigorar no dia 17/04/2015, que determina a isenção de pedágio para cada eixo suspenso de veículos que circularem vazios.
- A ANTT está avaliando, dentre as formas previstas, a melhor maneira de reequilibrar econômica e financeiramente o contrato de concessão em relação a não implantação da praça de pedágio de PN3 no km 14 e a suspensão da praça de pedágio de PN2 no km 71. A CRT entende que a ANTT respeitará essa medida e manterá seu compromisso na excelência de serviços prestados aos usuários da rodovia e na contribuição ao desenvolvimento econômico e social dos municípios onde está presente, como vem ocorrendo ao longo de seus 20 anos.
- Pesquisa IBOPE³/2016 - na pesquisa realizada a cada dois anos pelo IBOPE, conforme previsto no contrato de concessão e que avalia o grau de satisfação das pessoas que trafegam na rodovia, foram apurados os seguintes resultados:
 - 86% consideram a rodovia Ótima + Boa;
 - 86% consideram o trabalho da CRT como Ótimo/Bom;
 - 89% consideram a CRT uma empresa Muito eficiente/eficiente;
 - 96% concordam que a construção da terceira faixa trouxe benefícios para o fluxo de veículos na serra;
 - 92% são favoráveis à construção da última etapa da terceira faixa da serra (Km 94 ao 91).

¹ PER - Programa de Exploração da Rodovia

² ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

³ IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

CRT - Relatório da Administração 2016

- A Agência classificadora de risco, Fitch Ratings elevou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia de 'AA(bra)' para 'AA+(bra)'. A Perspectiva do rating foi revisada de Estável para Positiva. Mais detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

O ano de 2016 não foi apenas de grandes desafios, mas também de celebrações. Além do resultado positivo da pesquisa IBOPE e da elevação do Rating da companhia, a CRT comemorou no dia 22/03/2016 duas décadas na administração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ). Contabilizando não só investimentos da ordem de R\$ 1,8 bilhão em obras, serviços e custos operacionais, mas também, importantes parcerias que interferem positivamente no dia a dia das comunidades de seu entorno. Ao longo destes 20 anos, a CRT teve como principal propósito a excelência na prestação de serviços e a segurança dos usuários. Para isso, a companhia fez importantes investimentos na construção de viadutos, de passarelas, na ampliação da capacidade da via com a construção da terceira faixa no trecho da serra, na eliminação de vários pontos geradores de acidentes, na iluminação do trecho da baixada fluminense e em diversas contenções de encostas. Sempre focada nos usuários, a CRT vem se utilizando de inovações tecnológicas voltadas para ao setor rodoviário, permitindo a implantação de modernas ferramentas de gestão do tráfego e de atendimento aos usuários. Ciente de sua responsabilidade ambiental, a companhia encontrou no Parque Nacional da Serra dos Órgãos e no Parque Estadual dos Três Picos parceiros fundamentais para a implantação de programas de proteção da flora e da fauna na região. Também através de parcerias com instituições como: Pestalozzi de Magé, APAE de Magé, Grêmio Recreativo Guapiense, Lar Tia Anastácia de Teresópolis, entre outras, a CRT vem participando como autora, parceira ou apoiadora de importantes projetos socioculturais. Em relação aos seus colaboradores diretos, a CRT mantém os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida. Também é disponibilizado o Programa de Qualidade de Vida com atividades de ginástica laboral e massoterapia. Outro importante benefício é oferecido aos nossos colaboradores através da política de subvenção educacional, tanto para cursos técnicos e superiores como para cursos de especialização. Durante os próximos anos de concessão, a administração da companhia continuará sua busca constante pela excelência, pela segurança, pelo cumprimento de suas responsabilidades contratuais e socioambientais e pela geração de resultados que superem as expectativas da sociedade, dos usuários e dos investidores.

3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercado

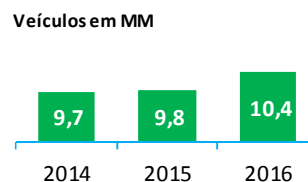
As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária Rio Teresópolis S/A são definidas pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. Em dezembro/2016, a ANTT concedeu um reajuste da tarifa básica de pedágio de 40,2%. Este reajuste corresponde ao IPCA acumulado dos últimos quatro anos, já que desde 2013 a agência reguladora não concedia reajuste da tarifa, e ao reequilíbrio da Lei dos Caminhoneiros. Com o reajuste concedido a tarifa básica para veículos de passeio passou para R\$ 17,10 na praça principal e R\$ 12,00 nas praças auxiliares.

O tráfego de 2016 foi fortemente impactado pela recessão econômica vivida pelo país. Segundo o Boletim Focus de 30/12/2016, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2016 terá queda de 3,5%. Já a produção industrial deve sofrer um impacto ainda maior, apresentando queda de 6,7%, acumulando ao longo dos últimos três anos uma retração de 18,9%. Este cenário vem aumentando consideravelmente o número de desempregados; segundo o IBGE a taxa de desemprego em outubro/2016 foi de 11,8%, o que corresponde a 12 milhões de trabalhadores fora do mercado de trabalho formal. Com o fechamento de tantos postos de trabalho, somado à crise financeira dos estados e municípios, a renda familiar vem caindo, e como consequência, o consumo das famílias tem sido cada vez menor.

Segundo o índice ABCR⁴, o movimento nas estradas do país teve queda de 3,6% em relação a 2015. No estado do Rio de Janeiro, o índice aponta que o arrefecimento das atividades econômicas provocou recuo no tráfego de 3,4% em relação ao ano passado. O fluxo de veículos leves caiu 2,2% e o de pesados 9,4%.

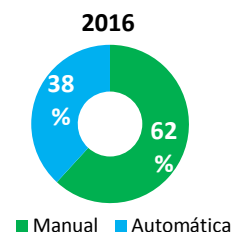
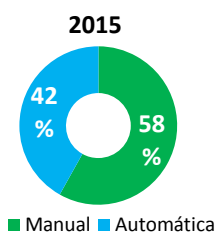
3.2 Meios de Cobrança

Meios de Cobrança - mil	2016	2015	Δ%
Veículos Pagantes	10.445	9.816	6,4%
Manual	6.459	5.709	13,1%
Automática	3.986	4.107	-3,0%



⁴ ABCR - Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovia.

A companhia dispõe de dois meios de cobrança: A cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos - das operadoras Sem Parar/Via Fácil, Auto Expresso, ConectCar e Move Mais - nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou um crescimento de 750 mil veículos (+13,1%), em decorrência do fechamento do retorno que existia em frente à praça de pedágio de PN1. Já o tráfego das pistas automáticas apresentou uma redução de 121 mil veículos (-3,0%), impactado negativamente pela crise econômica.



4. INDICADORES OPERACIONAIS

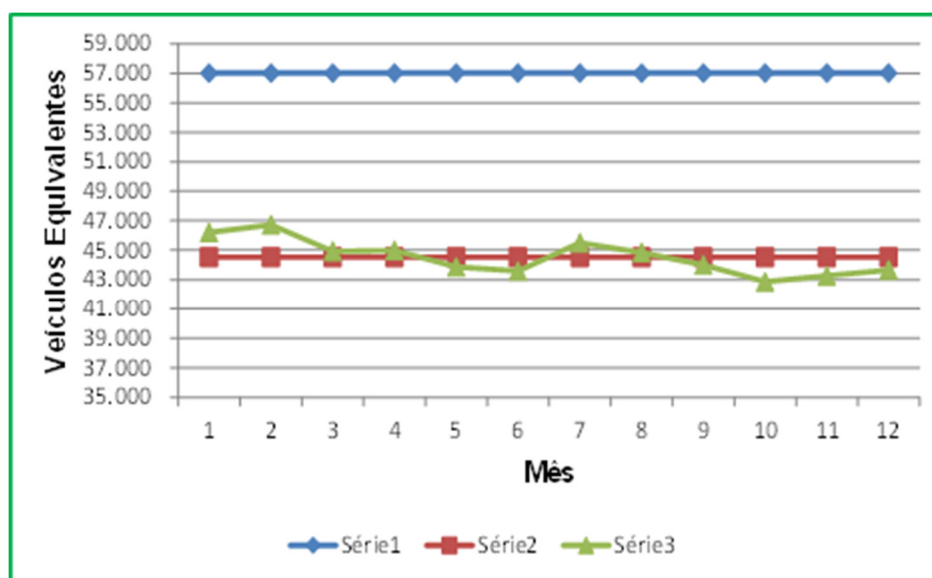
- As informações a seguir atendem ao disposto na Resolução da ANTT nº 3847 de 20/06/2012.

4.1 Caracterização do Tráfego

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Variação mensal do volume em 2016



O VDMA equivalente realizado está abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão em função da decisão da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) pela suspensão temporária da cobrança de pedágio na praça de Três Córregos (PN2), ocorrida em setembro de 2009, e pela não implantação da praça de pedágio PN3 no km 14.

Tráfego Pedagiado em 2016

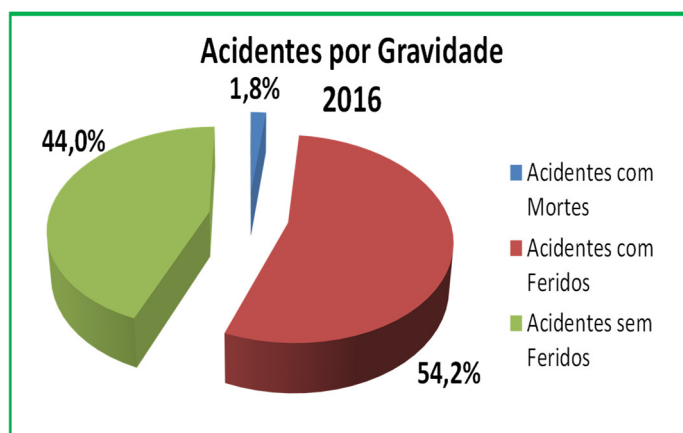
CATEGORIA	DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS			QUANT.
	TIPO DE VEÍCULO	EIXOS	RODAGEM	
1	automóvel, caminhonete e furgão	2	simples	7.456.243
2	caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	dupla	1.493.001
3	automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque	3	simples	17.587
4	caminhão, caminhão-trator, caminhão- trator com semi-reboque e ônibus	3	dupla	491.887
5	automóvel com reboque e caminhonete com reboque	4	simples	3.295
6	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	dupla	298.090
7	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	dupla	226.896
8	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	dupla	235.465
9	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	7	dupla	44.635
10	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	8	dupla	1.425
11	motocicletas, motonetas e bicicletas a motor	2	simples	153.296
Especial	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	10 +	dupla	22.937
Total				10.444.757

4.2 Segurança no Trânsito

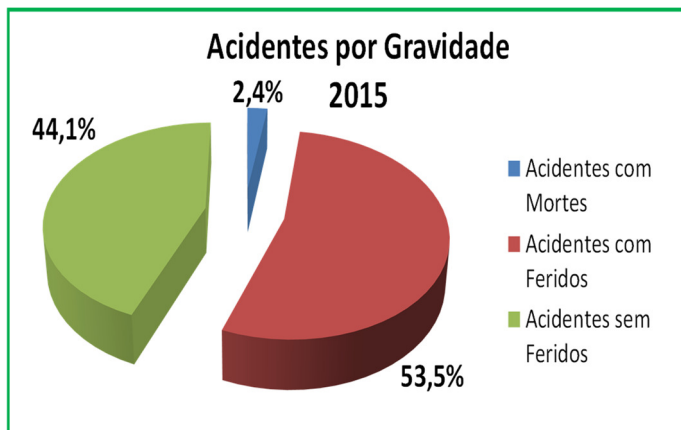
4.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas em 2016 e 2015.

Percentual e acidentes por gravidade em 2016

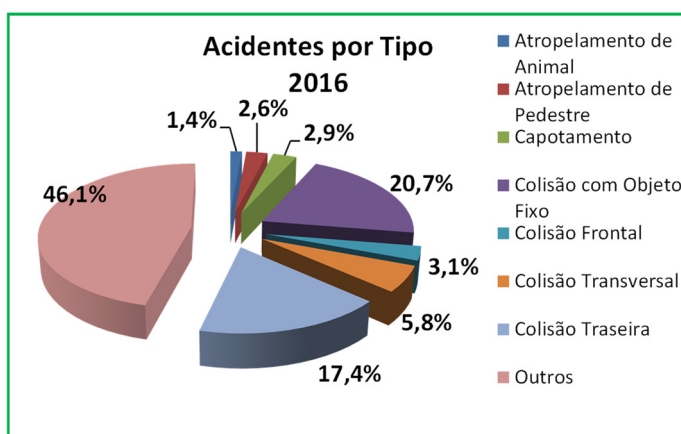


Percentual e acidentes por gravidade em 2015

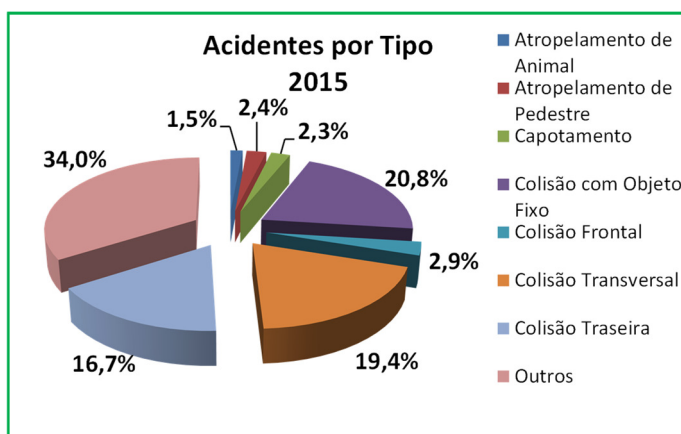


O gráfico apresenta o valor percentual dos principais tipos detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2016



Acidente por tipo em 2015



4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2016. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de Veículos	Quantidade	Qte/100 Km
Viatura de Inspeção	6	4
Guincho Leve	5	4
Guincho Pesado	1	1
Guincho Super Pesado	2	1
Carro Resgate	2	1
Ambulância Simples	1	1
UTI	1	1
Balança Móvel	1	1
Balança Fixa	1	1
Total de Veículos Operacionais	20	14
Administração	21	15
Pedágio	1	1
Caminhão	1	1
Picape	1	1
Segurança do Trabalho	1	1
Manutenção	1	1
Faixa de domínio	1	1
Total de Veículos de Apoio	27	19
Total de Veículos	47	33

4.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro de 2016. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionário pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Tipo de Função	Quantidade	Qte/VDMA
Gerente de Operações	1	0,2
Coordenador de Tráfego	1	0,2
Sup. Tráfego	4	0,9
Insp. Tráfego	38	8,5
Assistente de Tráfego	8	1,8
Coordenador Fx. Domínio	1	0,2
Assistente de Faixa de Domínio	1	0,2
Auxiliar de Faixa de Domínio	1	0,2
Coordenador de Balança	1	0,2
Operadores de Balança	39	8,7
Assistente de Balança	2	0,4
Laçadores (Campeiro)	4	0,9
Guincho Leve	9	2,0
Guincho Super Pesado	9	2,0
Médico	5	1,1
Resgatista/Socorrista	32	7,2
Total de Pessoal Operacional	156	34,9
Coordenador Pedágio	1	0,2
Sup. Assist. Pedágio	4	0,9
Sup. Pedágio	4	0,9
Arrecadador SNR	14	3,1
Arrecadador	82	18,3
Assistente de Pedágio	2	0,4
Auxiliar de Pedágio	1	0,2
Total de Pessoal de Pedágio	108	24,1
Total	264	59,0

4.4 Aspectos Financeiros

4.4.1 Receitas

Apresentamos a Receita da Concessionária em 2016 e o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes sejam elas Complementares, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

R\$ mil	Em 2016	Acumulada
Receita com Pedágio	200.324	2.956.742
Receita extraordinária	1.178	7.133
Total	201.501	2.963.874

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2016, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos

R\$ mil	Em 2016	Acumulada
Investimentos	13.988	788.172

4.4.3 Custos Operacionais

R\$ mil	Em 2016	Acumulada
Custos Operacionais	50.666	703.891

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras em 2016.

R\$ mil	Em 2016	Acumulada
ISS	9.938	143.679

Os valores acumulados foram atualizados pelo IPCA.

4.4.4 Tarifas de Pedágio

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

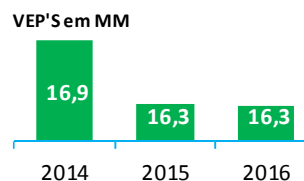
Valor da tarifa por praça de pedágio

Praça de pedágio	Categoria de veículo								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
PN1 (km 133,5)	17,10	34,20	25,65	51,30	34,20	68,40	85,50	102,60	8,55
PA1 (km 114,5)	12,00	24,00	18,00	36,00	24,00	48,00	60,00	72,00	6,00
PA2 (km 122,0)	12,00	24,00	18,00	36,00	24,00	48,00	60,00	72,00	6,00

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

Volume de Tráfego - mil	2016	2015	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	16.298	16.324	-0,2%
Leves	7.566	6.806	11,2%
Pesados	8.732	9.518	-8,3%



CRT - Relatório da Administração 2016

Foram pedagiados em 2016 16,3 milhões de veículos equivalentes⁵, com queda de 0,2% em relação a 2015. Esta queda foi motivada pelo desempenho dos veículos pesados que foi amplamente afetado pelo reflexo da crise econômica na produção industrial e na renda das famílias. O tráfego de veículos pesados também foi impactado pela Lei dos Caminhoneiros⁶, que teve início em 17/04/2015. Quando expurgado o efeito da Lei dos Caminhoneiros, o índice de queda dos veículos pesados cai para 7,1%. Os veículos leves apresentaram crescimento de 11,2% devido, principalmente, ao fechamento do retorno que existia em frente a praça de pedágio de PN1.

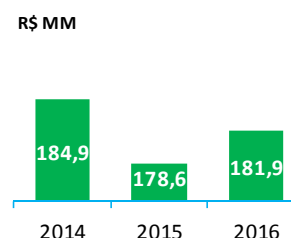
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Valor Adicionado

Em 2016, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 120,0M, representando 60% da Receita Operacional Bruta, aumento de 9% em relação a 2015, cujo valor adicionado foi de R\$ 110,4M correspondendo a 55% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. O crescimento do percentual em relação à Receita Operacional Bruta deve-se, principalmente, a reversão de provisão de contingência cível no valor de R\$ 8M realizada em 2016, contra a constituição de provisão de R\$ 14,3M realizada em 2015, provocando uma diferença entre os dois exercícios de R\$ 22M. Esta diferença foi parcialmente compensada pelo crescimento das despesas administrativas, dos custos operacionais e dos custos com depreciação e amortização.

6.2 Receita Operacional

R\$ mil	2016	2015	Δ%
Receita Líquida	194.336	213.501	-9,0%
Receitas de Pedágio	200.324	194.779	2,8%
Receitas Acessórias	1.610	1.217	32,3%
Provisões	-	3.981	0,0%
Receita de Construção (IFRS)	12.407	30.944	-59,9%
Deduções da Receita	(20.005)	(17.420)	14,8%
Receita Líquida Ajustada¹	181.929	178.576	1,9%



¹ Exclui Receita de Construção e Provisões

⁵ Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

⁶ Lei dos Caminhoneiros - nº 13.103 - Art. 17. Os veículos de transporte de cargas que circularem vazios não pagarão taxas de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos.

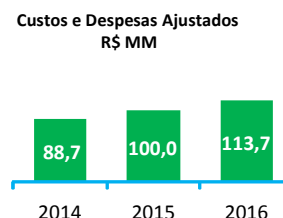
CRT - Relatório da Administração 2016

- **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio em 2016 foi de R\$ 200,3M, o que representou um aumento de R\$ 5,5M em relação ao ano anterior, devido ao fechamento do retorno em PN1, que proporcionou maior fluxo de veículos leves, e ao reajuste da tarifa básica em dez/16, da ordem de 40% (de R\$ 12,20 para R\$ 17,10).
- **Receitas Extraordinárias/Outras** – As Receitas Extraordinárias/Outras somaram R\$ 1,6M em 2016, crescimento de R\$ 400 mil em relação a 2015, proveniente de reajustes contratuais e da venda de imobilizado.
- **Receita da Construção** - Foi apurada como receita de construção (IFRS) R\$ 12,4M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

6.3 Custos e Despesas

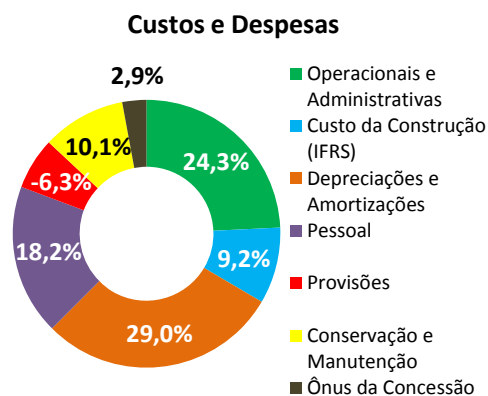
R\$ mil	2016	2015	?
Custos e Despesas	117.608	145.037	-18,9%
Pessoal	24.494	22.714	7,8%
Operacionais e Administrativas	32.660	31.182	4,7%
Conservação e Manutenção	13.571	12.635	7,4%
Ônus da Concessão	3.937	3.528	11,6%
Provisões Líquidas	-8.484	14.099	-160,2%
Custo da Construção (IFRS)	12.407	30.944	-59,9%
Depreciações e Amortizações	39.023	29.935	30,4%
Custos e Despesas Ajustados ¹	113.685	99.994	13,7%

¹Exclui Custo de Construção e Provisões



Os Custos e Despesas Ajustados, expurgando as Depreciações e Amortizações, estão R\$ 4,6M (+6,6%) acima dos registrados em 2015. Este índice está praticamente em linha com a inflação (IPCA) dos últimos 12 meses (base dez/16). Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - aumento de R\$ 1,8M, em decorrência dos reajustes salariais ocorridos em 2016; **Operacionais e**

Administrativas – aumento de R\$ 1,5M em função de reajustes contratuais, que foram parcialmente compensados por reduções diversas com: seguro da rodovia (R\$ 585 mil),



CRT - Relatório da Administração 2016

consultorias (R\$ 772 mil), manutenção de equipamentos (R\$ 157 mil), entre outros; **Conservação e Manutenção** – aumento de R\$ 936 mil devido a reajustes contratuais e incremento dos serviços de monitoração viária; **Ônus da Concessão** – aumento de R\$ 409 mil em decorrência do reajuste da taxa de fiscalização e da maior demanda para os projetos do RDT (Recursos de Desenvolvimento Tecnológico).

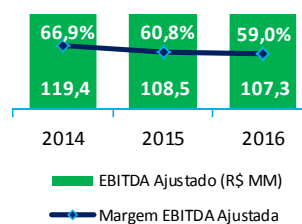
Em 2016 houve reversão de provisão de contingências referente à ação cível de 2000, no valor de R\$ 8M.

As despesas com Depreciação e Amortização de 2016 totalizaram R\$ 39M, superando o ano de 2015 em R\$ 9M (+30%). O crescimento ocorreu em função do encerramento de obras ao longo de 2015 e de 2016.

6.4 EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA Ajustado em 2015 - R\$ mil	2016	2015	Δ%
Lucro líquido no ano	35.789	30.707	16,5%
Imposto de Renda e CSLL	18.609	17.458	6,6%
Participações	21.948	17.447	25,8%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	382	2.852	-86,6%
Depreciação e amortização	39.023	29.935	30,4%
Provisões Líquidas	-8.484	10.118	-183,9%
EBITDA Ajustado ¹	107.267	108.517	-1,2%
Margem EBITDA Ajustada	59,0%	60,8%	

¹Exclui Custo de Construção e Provisões



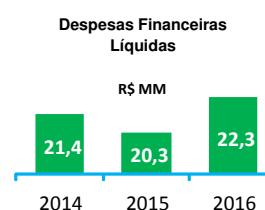
O EBITDA Ajustado do ano foi inferior em R\$ 1,3M ao apurado em 2015. A redução deve-se, apesar dos esforços de contenção de custos, aos reajustes de salários, de tarifas públicas e de contratos, que provocaram crescimento dos Custos Operacionais e Despesas Administrativas.

O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional, em que pese o utilizarmos como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável ao de outras companhias. Adicionalmente,

entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

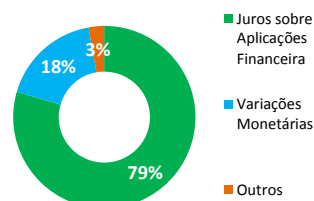
6.5 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ mil	2016	2015	%
Receitas Financeiras	5.532	4.384	26,2%
Juros sobre Aplicações Financeira	4.396	3.268	34,5%
Variações Monetárias	981	841	16,6%
Outros	155	275	-43,7%
Despesas Financeiras	(27.862)	(24.683)	12,9%
Debêntures	(21.948)	(17.447)	25,8%
Juros sobre Financiamentos	(2.204)	(4.093)	-46,2%
Variações Monetárias	(2.595)	(2.643)	-1,8%
Outros	(1.115)	(500)	122,9%
Resultado Financeiro	(22.330)	(20.299)	10,0%

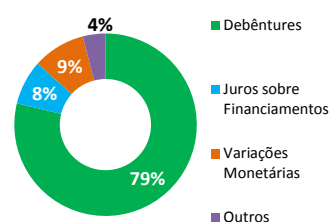


O resultado Financeiro da companhia em 2016 totalizou R\$ 22,3M de despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R\$ 2M em relação a 2015. Este crescimento ocorreu em função da maior atribuição de Debêntures (resultado de 2016 superior ao de 2015), do aumento das despesas bancárias e de fiança. Tais incrementos compensaram a menor despesa com Juros de Financiamentos e a maior receita financeira.

Receitas Financeiras



Despesas Financeiras



6.6 Resultado do Exercício

DESCRIÇÃO	2016	2015	Δ%
Veículos equivalentes	16.297	16.324	-0,2%
Receita operacional líquida	194.336	213.501	-9,0%
Receitas operacionais	200.324	194.779	2,8%
Abatimentos	(2.746)	(353)	677,9%
PIS, COFINS, ISS e outros	(17.259)	(17.067)	1,1%
Outras receitas	1.610	1.217	32,3%
Provisões	-	3.981	0,0%
Receita de construção	12.407	30.944	-59,9%
Custos e despesas	(78.585)	(115.102)	-31,7%
Custos e despesas	(70.725)	(66.531)	6,3%
Provisões diversas	(1.115)	(14.550)	0,0%
Reversões diversas	9.599	451	-166,0%
Ônus da concessão	(3.937)	(3.528)	11,6%
Custo de construção	(12.407)	(30.944)	-59,9%
EBITDA	115.751	98.399	17,6%
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>59,56%</i>	<i>46,09%</i>	13,47 p.p.
Depreciações e amortizações	(39.023)	(29.935)	30,4%
Despesas financeiras líquidas ¹	(22.330)	(20.299)	10,0%
Lucro antes i. renda	54.398	48.165	12,9%
Imposto de renda/contribuição social ²	(18.609)	(17.458)	6,6%
Lucro líquido	35.789	30.707	16,5%
Lucro líquido/receita líquida	18,42%	14,38%	4,04 p.p.
Receita líquida ajustada³	181.929	178.576	1,9%
EBITDA ajustado⁴	107.267	108.517	-1,2%
Margem EBITDA ajustada	59,0%	60,8%	-1,8 p.p.

¹ Inclui remuneração das debêntures

² Contém R\$ 267 de Incentivos fiscais (Lei Rouanet) em 2016 e R\$ 313 em 2015.

³ Exclui receita de construção e provisões

⁴ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas

O lucro líquido por ação no ano atingiu R\$ 413,91 (R\$ 355,13 em 2015), justificado pela reversão de provisão, conforme comentado anteriormente.

6.7 Disponibilidade e Endividamento

6.7.1 Captações de recursos

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, foram captados recursos de longo prazo no Brasil (BNDES) compatíveis com as necessidades de investimentos previstas no contrato de concessão.

Em 2009 obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio de 2012 finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até julho de 2019 é de R\$ 8,6M.

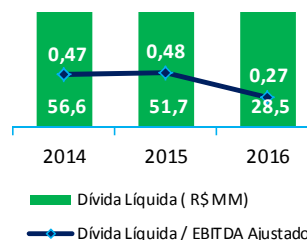
Em agosto de 2012 realizamos o financiamento da construção da balança fixa (localizada no Km 131) e de parte da ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho 2B), através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A., no valor de R\$ 9,5M. O saldo a ser amortizado até setembro de 2017 é de R\$ 2,2M.

Em dezembro de 2013 a Companhia assinou o contrato de financiamento, no valor de R\$ 52,7 milhões junto ao BNDES, de importantes obras que serão realizadas ao longo da rodovia, com destaque para a ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho III e Trecho IV) e a reconstrução do pavimento entre os quilômetros 71 e 89. Até o momento houve a captação de R\$ 41,8M. O saldo a ser amortizado até setembro de 2019 é de R\$ 27,8M.

Em 2016 a Companhia assinou o contrato de financiamento no valor de R\$ 20M através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco SANTANDER (BRASIL) S/A. Esta operação tem por finalidade o financiamento de obras de contenção de encostas, construção de rua lateral e construção de retorno. Ainda não houve captação de recursos desta operação.

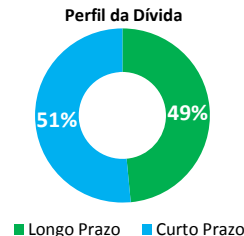
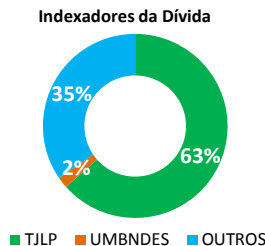
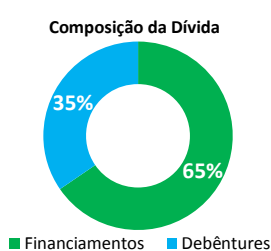
6.7.2 Disponibilidade e Endividamento Consolidado

Endividamento R\$ mil	2016	2015	Δ%
Curto Prazo	30.353	27.723	9,5%
Empréstimos e Financiamento	18.548	21.954	-15,5%
Debêntures	11.805	5.770	104,6%
Longo Prazo	28.588	45.315	-36,9%
Empréstimos e Financiamento	20.027	38.132	-47,5%
Debêntures	8.561	7.183	19,2%
Dívida Bruta	58.942	73.038	-19,3%
Caixa e Equivalente de Caixa	30.446	21.306	42,9%
Dívida Líquida	28.495	51.732	-44,9%
EBITDA Ajustado	107.267	108.517	-1,2%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	0,27	0,48	



A companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 30,4M, superando o saldo de 2015 em R\$ 9,1M. O crescimento do saldo deveu-se, principalmente, ao menor volume de investimentos realizados em 2016.

O saldo da dívida bruta em dezembro/2016 ficou em R\$ 58,9M, uma redução de R\$ 14,1M em relação ao saldo de dezembro/2015, motivada pela amortização dos financiamentos. A relação entre curto e longo prazo está praticamente em equilíbrio, já que 51% do saldo tem vencimento no curto prazo e 49% no longo prazo.



A relação Dívida Líquida/EBITDA de 2016 apresentou o indicador de 0,27 contra 0,48 de 2015, variação de -44,3%.

Todos os financiamentos foram contratados em moeda nacional (Real) com indexadores utilizados pelo BNDES. A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da companhia.

6.8 Principais Investimentos

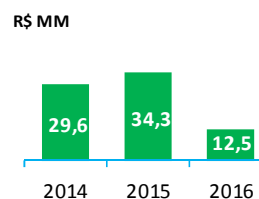
Dentre as obras realizadas desde o início da concessão até dez/2016, destacam-se: construção de 5 viadutos, construção de 21 passarelas, 204 pontos de contenção de encosta, 18,5 quilômetros de ruas laterais, 351.732 m² de reconstrução do pavimento, 102.075 m³ de recapeamento, iluminação de 40 quilômetros da rodovia e 9,6 km de construção da terceira faixa na serra, que tem previsão de conclusão em dezembro de 2018.

Em abril/2010, a Companhia iniciou as obras de construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, obra de suma importância para a maior segurança e fluidez do tráfego, com previsão de conclusão em 7 (sete) anos. Já foram concluídos 9,7 quilômetros, entre o Km 103,87e Km 94,2, referentes aos trechos I, II e III. A conclusão do trecho IV, a última fase do projeto, entre o Km 93 e o Km 90, aguarda liberação de licenças ambientais e da ANTT para retomada da obra.

Durante o ano de 2016, foram investidos R\$ 14M, com destaque para a campanha de reconstrução do pavimento rígido – Trecho da Serra. Estes investimentos têm como objetivo a melhora no fluxo de veículos e o aumento da segurança dos usuários que trafegam na rodovia.

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão.

Investimentos - R\$ milhões	2016	2015	Δ%
Ampliação da Rodovia	4.417	5.747	-23,1%
Contenções de encostas	391	6.115	-93,6%
Reconstrução do pavimento flexível e rígido	7.704	22.474	-65,7%
Total	12.512	34.336	-63,6%



Até o final da concessão (2017-2021), ainda serão investidos cerca de R\$ 126,3M em obras e equipamentos, com destaque para a conclusão da ampliação da capacidade de subida da serra, a construção da rua lateral do km 137, o alargamento e reforço de viadutos, a continuação do programa de contenção de encostas e de reconstrução do pavimento.

7. GESTÃO ESTRATÉGICA

7.1 Estratégica

7.1.1 Planejamento Empresarial

A Companhia tem obtido sucesso sistematicamente na obtenção das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente as mudanças decorrentes do cenário econômico e em função das demandas decorrentes da Agência reguladora na execução do contrato de concessão.

7.2 Política de Distribuição de Resultados

7.2.1 Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. A Companhia tem buscado maximizar a distribuição de dividendos, após atendimento das exigências contratuais, legais e operacionais, tendo como meta a distribuição anual mínima de 75% do resultado a ser distribuído após constituição das reservas legais e estatutárias.

7.2.2 Remuneração das Debêntures

Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da companhia, após constituição das reservas legais e estatutárias, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela CRT de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela empresa a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações. Sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula: $(R = 4,1180175 \times D)^7$.

7.2.3 Atribuições no ano

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado de 2016 totalizou R\$ 53,9M (Acionistas R\$ 32,0M e Debenturistas R\$21,9M), calculado na base de 100% do resultado. Este valor superou em R\$ 14,5M (+36,8%) a atribuição no ano de 2015.

⁷ R = remuneração total de cada Debênture; e D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, observando a ressalva do disposto na Cláusula 2.17 da Escritura de Emissão das Debêntures.

7.3 Ética e Transparência

A CRT lançou em 2015 seu Código de Ética e Conduta direcionado a todos os colaboradores, diretores, conselheiros e acionistas, bem como aos seus prestadores de serviços e fornecedores. O projeto teve início em 2013 com a promulgação da Lei Anticorrupção, nº 12.846 de 02/08/2013, a qual a companhia buscou manter total aderência aos seus princípios. O Código de Ética e Conduta aponta importantes diretrizes e normas para garantir o combate à corrupção, assim como quaisquer outras (mesmo realizada por outra empresa privada) e/ou que causem prejuízos a CRT e/ou propiciem vantagens indevidas aos seus colaboradores, diretores, conselheiros, acionistas ou quaisquer terceiros.

Após o treinamento a todos os colaboradores, o Código de Ética e Conduta foi disponibilizado juntamente com um canal de denúncias gerenciado por empresa externa, independente e especializada, a fim de garantir o anonimato e eficiência no processamento destas.

7.4 Recursos Humanos

A Companhia encerrou o ano de 2016 com o efetivo de 371 funcionários (363 em 2015), maior parte residente no município de Magé e adjacências.

Em 2016 a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, com a ginástica laboral e a massoterapia. Mantivemos os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, paralelamente ao Vale Transporte e Vale Refeições previstas em lei, bem como, a política de subvenção educacional.

7.5 Ferramentas de Gestão

- **Monitoramento das Condições Climáticas Associadas às Condições Geológicas-Geotécnicas** - vem sendo desenvolvido desde 2006, com estações meteorológicas que monitoram as condições climáticas e a associação destas às condições geológicas a partir da correlação entre as chuvas e o histórico de deslizamentos no trecho da Serra.

Com isto, busca-se reduzir possíveis acidentes ocasionados por fortes chuvas no local. A partir deste programa, que compõe a gestão de riscos da CRT, desenvolvido por convênio de cooperação técnica firmado pela CRT e pela

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com o INMET e a COPPE/UFRJ, foram desenvolvidos modelos de previsibilidade de temporais e acidentes geológicos, assim como estabelecido o alerta meteorológico para os setores de operações e de engenharia.

Baseados em estudos, foram instaladas em encostas 9 (nove) estações pluviométricas automáticas, 10 (dez) inclinômetros, 14 (quatorze) piezômetros tipo corda vibrante, 35 (trinta e cinco) piezômetros tipo Casagrande e 19 (dezenove) medidores de nível d'água. Foram instaladas ainda 2 (duas) estações meteorológicas: uma no abrigo 4 do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, sendo este o ponto mais alto da Serra e outra no Km 90 da rodovia (próximo ao Alto do Soberbo).

Os dados obtidos pelas estações meteorológicas, assim como por informações dos principais centros de previsão do tempo e do sistema de comunicação com a CRT, possibilitam o envio "on line" de boletins atualizados à área técnica e operacional da concessionária, com a análise instantânea sobre as condições climáticas, agilizando a adoção de medidas preventivas, minimizando os impactos na rodovia.

- **Orçamento Base Zero (OBZ)** – Em julho de 2015 a CRT finalizou a implementação desta ferramenta estratégica de gestão, que repensa a estrutura de controle de gastos e inicia uma nova cultura entre os colaboradores. Sua metodologia consiste na análise, aprovação e classificação de cada item do orçamento baseado em seu custo-benefício, permitindo estabelecer metas de cortes e priorização de custos fundamentais para a operação do negócio. Desta maneira, o uso da base histórica que replica os gastos anteriores acrescidos de reajustes é abandonado. O produto final do OBZ é um orçamento que assegura a sobrevivência da empresa em cenários adversos, ao mesmo tempo em que é capaz de aproveitar as oportunidades advindas dos melhores cenários. Entre vários benefícios, podemos destacar:
 - ✓ Alinhar o orçamento operacional às diretrizes estratégicas da empresa;
 - ✓ Priorizar os gastos de acordo com o melhor custo benefício (projetos, processo e atividades);
 - ✓ Identificar o patamar mínimo de gastos sem comprometer a operação;

- ✓ Disseminar na companhia o combate ao desperdício.

7.6 Governança Corporativa

7.6.1 Conselho de Administração

A Direção da CRT conta com um Conselho de Administração que se reúne mensalmente, ou sempre que necessário, e é composto por 7 (sete) conselheiros representantes dos acionistas controladores, minoritários e debenturistas, com uma organização e procedimentos de registro e tomada de decisão em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa.

7.6.2 Comitê Jurídico

Criado em agosto/15, o comitê jurídico é composto por advogados indicados pelo Conselho de Administração com o objetivo de avaliar, propor e validar estratégias jurídicas a serem adotadas pela CRT em temas previamente escolhidos.

7.6.3 Comitê de Conduta e Ética

Composto por um colaborador externo, um colaborador membro do Conselho de Administração da CRT e por um colaborador interno indicado pelo Diretor-Presidente da CRT, todos formalmente nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração da companhia. Este comitê tem como principais atribuições: auxiliar todos os colaboradores na compreensão das diretrizes éticas da CRT, zelar pela atualização destas diretrizes, analisar e decidir sobre eventuais infrações e violações ao Código de Ética da CRT, determinar adoção de medidas necessárias em caso de descumprimento das políticas definidas no Código de Ética e assegurar que o Conselho de Administração esteja ciente dos assuntos que possam causar impacto significativo à imagem da CRT.

7.6.4 Auditoria Interna

O Conselho de Administração da CRT aprova a programação de auditoria do ano, cuja coordenação é exercida pela Auditoria Interna da INVEPAR.

7.6.5 Assembleia dos Debenturistas

Em conformidade com a escritura de emissão das debentures, os debenturistas se reúnem previamente para deliberar sobre os temas previstos na referida escritura, de forma a orientar o voto dos debenturistas representados no Conselho de Administração da

CRT.

7.6.6 Outros Comitês

A companhia, sempre que solicitada, participa dos comitês de governança dos acionistas e investidores.

Para outras informações sobre a governança da CRT, consulte o site www.crt.com.br na seção Relação com Investidores.

7.7 Responsabilidade Social e Ambiental

Mantivemos, no exercício de 2016, o convênio pioneiro na região firmado com a Pestalozzi de Magé no apoio a projetos profissionalizantes (oficinas de informática e marcenaria).

A CRT continua patrocinando, por meio da Lei Rouanet, o Projeto Olhares, iniciado em 2011. O projeto foi desenvolvido pelo Lar Tia Anastácia, tendo por objetivo utilizar a arte da fotografia para captar a realidade da comunidade do bairro de São Pedro, especificamente no morro do Rosário em Teresópolis, atendendo atualmente a 50 (cinquenta) crianças e adolescentes.

A concessionária iniciou o patrocínio ao projeto Teatro dos APAExonados, promovido pela APAE Magé. Por meio da Lei Rouanet, a CRT patrocina integralmente as oficinas de teatro para 50 crianças e jovens com deficiência.

Na área ambiental, destacamos o Projeto Fauna VIVA que existe desde 2008 e conta com o apoio e a colaboração do Instituto Chico Mendes, IBAMA, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CPRJ) - INEA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Castelo Branco, Fundação Oswaldo Cruz, Universidade de São Paulo e Fundação RioZoo.

O objetivo central é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência. Desta forma, buscam-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução destas ocorrências, como por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis em perigo ou feridas no entorno da rodovia.

O Projeto Fauna Viva é realizado na BR-116/RJ, trecho Rio - Teresópolis - Além Paraíba, totalizando 142,5 quilômetros. A área de estudo inicia-se no município de Duque de

CRT - Relatório da Administração 2016

Caxias e atravessa ainda os municípios de Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia.

A região da Rio - Teresópolis - Além Paraíba abriga importantes remanescentes de florestas e uma das maiores reservas de Mata Atlântica do País - o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso). Ali vivem várias espécies como a onça-parda, macaco muriqui, porco-do-mato e diversas aves que estão ameaçadas de extinção. Algumas espécies correm um risco maior de serem impactadas pelos atropelamentos na área da rodovia, como o macaco bugio, preguiça, cachorro-do-mato, tatu-galinha, gambá, ouriço-cacheiro, gaviões e corujas de diversas espécies.

A seguir demais projetos em andamento na área ambiental:

- ✓ Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e do Ar – PARNASO;
- ✓ Programa de Monitoramento Pluviométrico;
- ✓ Programa de Monitoramento da Poluição Sonora – PARNASO;
- ✓ Programa de Implantação de Espécies Nativas da Mata Atlântica;
- ✓ Execução de projeto de plantio compensatório – PARNASO;
- ✓ Programa de Controle Ambiental;
- ✓ Compostagem de Resíduos Orgânicos;

CRT - Relatório da Administração 2016

7.8 Concessionária em números

Tabela - Rodovias													
Dados anuais													
Quilômetros de rodovia	142,5 km de extensão - BR - 116/RJ, trecho Além Paraíba - Teresópolis - Entroncamento c/ a BR 040/RJ												
Número de veículos que transitaram	EXOS	2	3	4	5	6	7	8	10+	TOTAL			
	QUANT.	9.102.540	509.474	301.385	226.896	235.465	44.635	1.425	22.937	10.444.757			
Número de praças de pedágios	São 4 praças de Pedágio: 3 em operação; PN2 foi suspensa temporariamente e PN3 não foi construída conforme determinação da ANTT.												
Tarifa	Praça de pedágio principal: Automóvel - R\$ 17,10; Comercial por eixo - R\$17,10; Motocicletas - R\$ 8,55 Praças de pedágio auxiliares: Automóvel - R\$ 12,00; Comercial por eixo - R\$ 12,00; Motocicletas - R\$ 6,00.												
Número de quilômetros mantidos	142,5 km												
Índice de congestionamento													
Trânsito Médio Diário Equivalente	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	
	46.211	46.723	44.928	44.981	43.867	43.589	45.500	44.841	43.997	42.858	43.260	43.663	
Trânsito Médio Anual Equivalente	44.529												
Equipes utilizadas pelo concessionário	1 Ambulância; 4 Bases Operacionais; 63 Câmeras de monitoramento; 2 Carros-resgate; 2 Estação meteorológica; 9 Estação pluviométrica; 8 Guinchos; 6 Painéis de mensasagens variáveis; 100 Telefones de emergência (callboxes); 1 UTI - Móvel; 6 Viaturas de Inspeção;												
Índice de qualidade de estrada													
Receita de Pedágio	200.324												
Custos associados às receitas de pedágio	100.905												
Fator Trabalho													
Número de Trabalhadores	371												
Despesas de Pessoal	23.439												
Fator Capital													
Despesas de Depreciação/ Amortização	249.141												
Ativo Líquido	193.519												
Ativo Bruto	442.660												
Série Histórica dos Investimentos	ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005		
		18.325	10.534	7.843	19.606	20.067	19.239	12.039	7.078	7.213	11.909		
	ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
		9.891	14.247	13.428	22.423	20.215	57.737	44.760	45.788	31.121	35.210	13.988	
Fatores Intermediários													
Despesas em Administração	3.489												
Despesas em Manutenção	1.339												
Outras Despesas	7.802												
Seguridade													
Quantidade de acidentes	Acidentes por Gravidade		Quant.										
	Acidentes com Mortes		25										
	Acidentes com Feridos		733										
	Acidentes sem Feridos		595										
		Total		1.353									
Indicadores													
Receita por Veículo	19,18												
Custo por veículo	9,66												

CRT - Relatório da Administração 2016

7.9 Balanço Social

CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S/A - CRT

Balanço Social

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em mil)

	2016 - Valor			2015 - Valor		
1 - Base de cálculo						
Faturamento bruto		214.116			230.916	
Receita líquida (RL)		193.904			209.489	
Resultado operacional (RO)		76.461			68.151	
Folha de pagamento bruta (FPB)		14.278			13.249	
Folha de pagamento bruta - Total remunerações		14.278			13.249	
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.572	11%	1%	1.519	11%	1%
Encargos Sociais	7.152	50%	4%	6.760	51%	3%
Saúde	1.357	10%	1%	1.126	8%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	224	2%	0%	228	2%	0%
Educação	23	0%	0%	26	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7	0%	0%	11	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	2.072	15%	1%	1.782	13%	1%
Outros	1.699	12%	1%	1.445	11%	1%
Total - Indicadores sociais internos	14.106	99%	8%	12.897	97%	7%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Cultura	267	2%	0%	313	2%	0%
Outros	29	0%	0%	40	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	296	2%		353	3%	
Tributos (Exceto encargos sociais)	36.055	253%	19%	35.228	266%	17%
Total - Indicadores sociais externos	36.351	255%	19%	35.581	269%	17%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	611	4%	0%	693	5%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	839	6%	0%	880	7%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	1.450	10%		1.573	12%	
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:						
		() Não possui metas			() Não possui metas	
		() Cumpre de 0 a 50%			() Cumpre de 0 a 50%	
		() Cumpre de 50 a 75%			() Cumpre de 50 a 75%	
		(X) Cumpre de 75 a 100%			(X) Cumpre de 75 a 100%	
5 - Indicadores do corpo funcional	2016			2015		
Nº de colaboradores ao final do período	371			363		
Tempo de serviço	6,74% até seis meses			3,86% até seis meses		
	2,43% de seis meses a um ano			7,99% de seis meses a um ano		
	16,44% entre um e dois anos			20,39% entre um e dois anos		
	23,99% entre dois e cinco anos			20,11% entre dois e cinco anos		
	50,40% mais de cinco anos			47,66% mais de cinco anos		
Nº de admissões durante o período	50			48		
Nº de demissões durante o período	35			37		
Nº de estagiários (as)	2			2		
Nº de colaboradores terceirizados	67			322		
Nº de colaboradores com até 18 anos	3			2		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	60			58		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	231			229		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	84			74		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	134			130		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0			17,65%		
Remuneração paga a mulheres no período	263			235		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	31			32		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	4			4		
Total de horas extras trabalhadas	28.324			25.228		
Total de horas extras pagas	600	4%	0%	596	4%	0%
Total de INSS pagos	3.078	22%	2%	2.984	23%	1%
Total de FGTS pago	1.099	8%	1%	1.046	8%	0%
Total de Contribuição Sindical paga	99	1%	0%	189	1%	0%
Total dos demais encargos sociais pagos	144	1%	0%	127	1%	0%
Total de ICMS recolhido no período	485	3%	0%	1.062	8%	1%
Total de IR recolhido no período	13.391	94%	7%	13.077	99%	6%
Total de CSLL recolhida no período	4.951	35%	3%	4.069	31%	2%
Total de PIS recolhida no período	1.304	9%	1%	1.295	10%	1%
Total de COFINS recolhida no período	6.017	42%	3%	5.992	45%	3%
Total de outros tributos recolhidos no período	9.956	70%	5%	9.782	74%	5%

CRT - Relatório da Administração 2016

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016	2015
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	62,62%	68,11%
Número total de acidentes de trabalho	12	8
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input checked="" type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + CIPA	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	66% na Concessionária ___% no PROCON 15% na Justiça	61% na Concessionária ___% no PROCON 3% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir:	125.493	114.735
Distribuição do Valor Adicionado	31% governo 14% acionistas 17% colaboradores 23% terceiros 15% retido	33% governo 32% acionistas 17% colaboradores 8% terceiros 10% retido

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Prêmios e Reconhecimentos

- Em 2005 a CRT foi eleita a melhor concessionária federal, segundo pesquisa de avaliação da satisfação dos usuários dos serviços das empresas de transporte terrestre realizada entre os meses de junho e julho pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de empresa especializada.
- Em 2014, a pesquisa de satisfação foi realizada em todo o território nacional entre março e junho, com aplicação de, aproximadamente, 89 mil questionários junto a usuários de rodovias federais, transportes rodoviários de passageiros e transporte ferroviário de carga. No segmento de rodovias concedidas foram realizadas 11.947 entrevistas com motoristas amadores e profissionais, que avaliaram 49 trechos de 14 concessionárias. Como resultado da consulta a Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) administrada pela Concessionária Rio Teresópolis (CRT) e a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) foram apontadas como as melhores rodovias federais sob concessão no País, com a avaliação média geral de 7,1.
- Segundo a pesquisa IBOPE/2016, realizada a cada dois anos, conforme previsto no contrato de concessão, 86% dos entrevistados consideram a rodovia Ótima + Boa. Este índice revela a satisfação de nossos usuários em relação aos investimentos e serviços prestados pela companhia.
- O Projeto Teatro dos Apaixonados realizado pela APAE de Magé/RJ, patrocinado integralmente pela CRT, através da Lei Federal de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura – Lei Rouanet e sob a gestão da Criativa Social, recebeu o Prêmio Baixada 2016. Em sua 15ª edição, a premiação tem como objetivo valorizar as ações de pessoas e instituições envolvidas com produção cultural e artística.

8.2 Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, PricewaterhouseCoopers, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

8.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária Rio Teresópolis S/A declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

8.4 Agradecimentos

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos usuários da rodovia, ao permanente apoio dos acionistas, investidores, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais e a todos os nossos colaboradores pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO

Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo circulante			
Créditos a receber	7	11.608	9.234
Créditos a receber de partes relacionadas	8	474	931
Estoques	9	887	638
Impostos a recuperar	10a	3.810	553
Adiantamento a fornecedores		495	666
Despesas antecipadas		1.954	2.030
Indenizações a receber	16	2.164	199
Outros		1.329	1.177
Total do ativo circulante		53.167	36.734
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	6	3.688	3.278
Depósitos judiciais		892	1.104
Outras contas a receber		1.388	1.325
Imposto de renda e CSLL diferidos	10c	-	94
Indenizações a receber	16	3.981	3.981
Imobilizado	11	7.069	6.437
Intangível	12	186.450	211.793
Total do ativo não circulante		203.468	228.012
Total do ativo		256.635	264.746

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Jadir Eugênio de Souza (CRC - RJ 075.243/O-9)
Contador



Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e RI

Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Passivo circulante			
Fornecedores	13	1.996	1.466
Retenções contratuais	13	510	691
Dividendos	13	6	6
Outras obrigações	13	1.412	960
Empréstimos e financiamentos	14	18.548	21.954
Salários, provisões e contribuições	15	4.761	4.753
Provisão para manutenção	17	177	255
Remuneração a pagar a debenturistas	18	11.805	5.770
Impostos, taxas e contribuições	10b	2.224	2.515
Total do passivo circulante		<u>41.439</u>	<u>38.370</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	20.027	38.132
Debêntures	18	8.561	7.183
Provisão para manutenção	17	997	1.249
Obrigações legais decorrentes de processos judiciais	16	9.286	17.320
Imposto de renda e CSLL diferidos	10c	1.216	-
Total do passivo não circulante		<u>40.087</u>	<u>63.884</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19a	86.000	78.700
Reservas de capital	19c	3.596	7.644
Reservas de lucro	19c	85.513	76.148
Total do patrimônio líquido		<u>175.109</u>	<u>162.492</u>
Total do passivo e patrimônio		<u>256.635</u>	<u>264.746</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jadir Eugênio de Souza (CRC - RJ 075.243/O-9)
Contador

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e RI

Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações, expresso em reais)

	Nota	2016	2015
Receita de serviços		180.471	177.528
Receita extraordinária		1.026	1.017
Receita de construção		12.407	30.944
Receita operacional líquida	20	193.904	209.489
Custo dos serviços	21	(88.499)	(77.500)
Custo de construção	21	(12.407)	(30.944)
Lucro bruto		92.998	101.045
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(13.504)	(34.509)
Depreciações e amortizações		(1.168)	(610)
Participação de empregados	24a	(2.072)	(1.782)
Outras receitas operacionais - líquidas		207	4.007
Lucro operacional antes do resultado financeiro		76.461	68.151
Receitas financeiras	23	5.532	4.384
Despesas financeiras	23	(5.914)	(7.236)
Remuneração de debenturistas	23	(21.948)	(17.447)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		54.131	47.852
Imposto de renda e contribuição social - correntes	10d	(17.032)	(20.077)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10d	(1.310)	2.932
Lucro líquido do exercício		35.789	30.707
Lucro por ação - básico	25		
Ações preferenciais		436,28	374,34
Ações ordinárias		396,63	340,31
Lucro por ação - diluído	25		
Ações preferenciais		363,18	305,15
Ações ordinárias		330,17	277,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jadir Eugênio de Souza (CRC - RJ 075.243/O-9)
Contador

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e RI

Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva p/aumento de capital	Reserva de ágio	Legal	Restituição de capital	Reserva para investimento	Reserva retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	72.470	1.428	3.596	2.460	3.528	2.897	69.968	-	156.347
Aumento de capital	6.230	(1.428)	-	(2.460)	-	(2.342)	-	-	-
Dividendos de ex. anterior distribuídos no período	-	-	-	-	-	-	(6.028)	-	(6.028)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(19.737)	(19.737)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	3.636	(3.636)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	30.707	30.707
Apropriação do lucro do exercício									
Constituição de reservas	-	4.048	-	1.535	292	1.459	-	(7.334)	-
Outros resultados									
Outros resultados	-	-	-	-	-	-	1.203	-	1.203
Saldos em 31 de dezembro de 2015	78.700	4.048	3.596	1.535	3.820	2.014	68.779	-	162.492
Aumento de capital	7.300	(4.048)	-	(1.535)	-	(1.717)	-	-	-
Dividendos de ex. anterior distribuídos no período	-	-	-	-	-	-	(5.668)	-	(5.668)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(17.504)	(17.504)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	14.456	(14.456)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	35.789	35.789
Apropriação do lucro do exercício									
Constituição de reservas	-	-	-	1.789	340	1.700	-	(3.829)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	86.000	-	3.596	1.789	4.160	1.997	77.567	-	175.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Jadir Eugênio de Souza (CRC - RJ 075.243/O-9)
Contador



Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e RI

Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.131	47.852
Depreciação e amortização	39.023	30.262
Baixa depreciação, amortização e intangível	560	(548)
Provisão para contingências	(8.034)	14.076
Juros e encargos financeiros	3.321	6.530
Encargos debêntures	21.948	17.447
Despesa financeira - Debêntures	1.378	1.338
Reembolso contingência	-	(3.981)
Lucro líquido ajustado	112.327	112.976
Despesa antecipada	76	206
Créditos a receber	(2.374)	1.495
Créditos com partes relacionadas	457	(108)
Adiantamento a fornecedor	171	181
Estoques	(249)	(248)
Depósitos e bloqueios judiciais	212	943
Indenizações a receber	(1.966)	2.188
Impostos a recuperar	(3.258)	(123)
Outros circulantes	(214)	(707)
Provisão para manutenção	(331)	(276)
Salários, provisões e contribuições sociais	89	270
Fornecedores	530	(1.901)
Impostos a recolher	296	(124)
Participação nos lucros dos resultados	(80)	620
Outras obrigações a pagar	269	(338)
	(6.372)	2.078
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.618)	(24.164)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	88.337	90.890
Caixa Líquido atividades investimentos		
Ativo financeiro	(410)	(1.518)
Imobilizado e intangível	(14.872)	(35.210)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.282)	(36.728)
Caixa líquido atividades de financiamento		
Amortizações de Empréstimos	(20.766)	(14.666)
Pagamento de dividendos	(23.172)	(25.766)
Novas captações de empréstimos obtidos	-	4.161
Encargos e juros financeiros pagos a terceiros	(4.065)	(5.596)
Remunerações pagas a debenturistas	(15.912)	(17.695)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(63.915)	(59.562)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	9.140	(5.400)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	21.306	26.706
Saldo no final do exercício	30.446	21.306
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	9.140	(5.400)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Jadir Eugênio de Souza (CRC - RJ 075.243/O-9)
Contador



Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e RI

Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas		
Serviços	197.578	194.426
Receitas extraordinárias	1.178	1.186
Outras receitas	207	4.007
Construções	12.407	30.944
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.011)	(52.185)
Custos contratuais da concessão	(6.968)	(7.149)
Custos construções	(12.407)	(30.944)
Valor adicionado bruto	158.984	140.285
Depreciação e amortização	(39.023)	(29.935)
Valor adicionado líquido produzido	119.961	110.350
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.532	4.385
Valor adicionado total a distribuir	125.493	114.735
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	21.396	19.703
Remuneração direta	14.278	13.249
Benefícios	3.963	3.645
FGTS	1.083	1.027
Participações de empregados e dirigentes	2.072	1.782
Impostos, taxas e contribuições	39.155	38.240
Federais	28.779	27.444
Estaduais	437	1.014
Municipais	9.939	9.782
Remuneração de capitais de terceiros	29.153	26.085
Juros	5.914	7.236
Remuneração de debenturistas	21.948	17.447
Aluguéis	1.291	1.402
Remuneração de capitais próprios	35.789	30.707
Dividendos	17.504	19.737
Lucros retidos do exercício	18.285	10.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Jadir Eugênio de Souza (CRC - RJ 075.243/O-9)
Contador



Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e RI

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Concessionária Rio -Teresópolis S.A. (“CRT” ou “Companhia”) - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com termino em 21/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) S/Nº KM 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2017.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como as orientações específicas emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – (ANTT).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB/CPC

a) Normas e interpretações em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts – aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.
- Alterações no IFRS 11 – Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto (joint operations). Requer que um adquirente de

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

participação de operação em conjunto, cuja atividade seja um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios contábeis do IFRS 3 e outras normas, exceto quando existir um conflito com o que dita o IFRS 11 e divulgue as informações requeridas pelo IFRS 3 e outros pronunciamentos sobre combinações de negócios. Aplicável tanto para aquisição inicial de participação em operação em conjunto, como para aquisição de participação adicional, neste último caso, o investimento mantido anteriormente não é remensurado.

- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de “bearer plants” no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

b) Normas e interpretações em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers – define 5 passos simples para ser aplicado aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18, IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).

A Companhia não adotou tal pronunciamento antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos deste ou alterações em suas demonstrações financeiras.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3. Aplicação financeira

A Companhia classifica sua aplicação financeira pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos no período. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4. Créditos a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. Existem operações da mesma natureza, porém, com empresa do mesmo grupo econômico. Os tratamentos de reconhecimento e mensuração não se diferem exceto pela divulgação que compõe classificação específica de créditos a receber com partes relacionadas. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

2.5. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado pelo método custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.6. Ativos intangíveis

(a) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O reconhecimento inicial, do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição/construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base na vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados às atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

(b) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A Companhia não opera com desenvolvimento de softwares.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e demonstrado deduzido das respectivas depreciações acumulada calculadas pelo

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como se segue:

	Anos
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão adicional para recuperação de ativos.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido dos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contrário, as contas a pagar, são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente é reconhecida pelo valor da fatura correspondente a aquisição.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na Demonstração do Resultado ou capitalizados durante a fase de construção, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquotas</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00, 4,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias foram constituídos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. As projeções para geração de lucro tributável futuro estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para sua utilização. Os Impostos diferidos ativos são revisados trimestralmente. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.13. Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas após certos ajustes.

2.14. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos, cabendo à CRT a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.16. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

2.17. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

b.1) Amortização do ativo intangível da concessão

No julgamento da administração, o método que melhor reflete o consumo do ativo intangível é o método de amortização linear. Assim, os valores registrados como ativo intangível de concessão, são amortizados ao longo do período do contrato de concessão.

b.2) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.3) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

b.4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável, em conformidade com o CPC 25.

b.5) Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e créditos a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.3. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3.5. Gestão de risco financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. A política da Companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, contas a receber de empresas de arrecadação automática de pedágio e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com “rating” mínimo “A(bra)”. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A companhia não opera com derivativos. Na data do relatório, a Companhia mantinha aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de R\$ 26.206 (R\$ 18.763 em 2015), dos quais se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores e outras contas a pagar	2.806	-	-	-
Garantias financeiras	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores e outras contas a pagar	1.892	-	-	-
Garantias financeiras	-	-	-	-

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos	18.548	12.649	7.378	-
Garantias financeiras	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos	21.954	37.033	1.099	-
Garantias financeiras	-	-	-	-

Do montante de R\$ 20.027 divulgado na Nota de Empréstimos de 2016, na coluna "Entre um e dois anos", dos quais R\$ 11.805 são de curto prazo, a Companhia pretende amortizar, aproximadamente R\$ 5.436 no primeiro trimestre de 2017.

3.6. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

- (a) Considerações gerais

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	29.894	29.894	29.894
Taxa anual estimada do CDI	14,00%	10,50%	7,00%
Efeito anual no caixa líquido	4.185	3.139	2.093

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,8%	2.637	2.657	2.677
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,8%	1.135	1.143	1.152
BNDES Sub-Crédito C	TJLP + 1,8%	3.912	4.004	4.096
BNDES Sub-Crédito D	TJLP + 2,8%	1.698	1.737	1.777
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,50%	9,38%	11,25%

(c.2) BNDES II

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Automático				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 5,30%	1.040	1.049	1.058
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,50%	9,38%	11,25%
BNDES Sub-Crédito B	UMBNDDES + 4,30%	407	410	425
BNDES Sub-Crédito C	UMBNDDES + 4,30%	808	814	843
Referência para passivos financeiros UMBNDDES (% ao ano)		5,49%	6,86%	8,24%

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) BNDES III

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,89%	21.839	22.352	22.864
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,89%	9.716	9.942	10.167
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		7,50%	9,38%	11,25%

(d) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio, exceto pela variação da UMBNDES (bolsa de moedas) citado acima.

(e) Derivativos

No período encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2016, a Companhia revisou a estratégia em relação à de 2015, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0,10 e 1,00.

Os índices de alavancagem financeira em, 31 de dezembro de 2016 e, em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumariados:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Debêntures (Nota 18)	20.366	12.953
Total dos empréstimos (Nota 14)	38.575	60.086
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(30.446)	(21.306)
Dívida líquida	<u>28.495</u>	<u>51.733</u>
Total do patrimônio líquido	<u>175.109</u>	<u>162.492</u>
Total do capital	<u>203.604</u>	<u>214.225</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,14</u>	<u>0,24</u>

A Companhia teve o seu rating elevado para 'AA+(bra)' atribuído pela classificadora de riscos "Fitch Ratings", sendo ainda revisada a sua perspectiva de Estável para Positiva.

4. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 126.256, como segue (dados em milhares de reais):

	2017	2018	2019 a 2021	Total
Investimentos – PER	56.287	32.592	37.377	126.256

Tais investimentos estão condicionados a autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estabelece o cronograma dos investimentos que deverão ser efetuados, bem como autoriza o respectivo repasse na tarifa para manter o equilíbrio econômico do contrato. Essa avaliação é feita anualmente.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Caixa e Bancos:</u>	4.240	2.543
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo:</u>		
Banco Votorantim S.A.	4.338	3.884
Caixa Econômica Federal	21.868	12.119
Banco ABC Brasil S.A	-	2.760
	<u>26.206</u>	<u>18.763</u>
Total	<u>30.446</u>	<u>21.306</u>

As aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 90% e 101,8% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

6. Aplicações financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações Financeiras	3.688	3.278
Total não circulante	<u>3.688</u>	<u>3.278</u>

O ativo financeiro compreende aplicação em CDB com rendimento diário a um percentual do CDI, à taxa de referência do mercado de juros, vinculada ao contrato do BNDES firmado em dezembro de 2013, para garantia de pagamento do principal e dos juros contratados.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Créditos a receber

	2016	2015
Pedágio eletrônico	10.663	8.345
Vale Pedágio	931	886
Outros	14	3
Total	<u>11.608</u>	<u>9.234</u>

A Companhia vem operando desde o ano 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil e 2011, com o sistema de vale pedágio DBTRANS. Além desses, a Companhia opera ainda com o pedágio eletrônico Auto Expresso, Conectcar, Move Mais, vale pedágio Visa Vale e PEX - Passe Expresso. Este último incluído na Nota 8, por se tratar de créditos a receber de partes relacionadas. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis da Via fácil em 45 dias, DBTRANS em 30 dias, Auto expresso em 30 dias, Conectcar em até 60 dias, Move Mais em até 30 dias, Visa Vale em 30 dias e PEX em até 60 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 31 de dezembro de 2016, não há valores significativos em atraso.

8. Créditos a receber de partes relacionadas

	2016	2015
PEX - Passe Expresso	474	931
Total	<u>474</u>	<u>931</u>

Referem-se aos valores a receber referentes aos serviços de cobrança eletrônica de pedágio prestados pela PEX - Passe Expresso, que é controlada pela INVEPAR. Os valores relativos a essa operação são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês do registro da passagem pelo usuário. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos de partes relacionadas estão representados por

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valores a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos.

Em 10 de dezembro de 2016 a operadora PEX – Passe Expresso comunicou o encerramento de suas atividades, recomendando a migração para as demais fornecedoras de meio de pagamento automático disponíveis no mercado aos usuários. A operadora esteve em operação na rodovia desde o terceiro trimestre de 2013.

Abaixo se encontra o total da receita com a PEX – Passe Expresso.

	2016	2015
PEX - Passe Expresso	7.579	8.020
Total	<u>7.579</u>	<u>8.020</u>

Todas as transações com partes relacionadas são realizadas em condições compatíveis com as condições de mercado e são previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. As informações sobre a remuneração do pessoal chave da Companhia estão descritas na Nota 24.

9. Estoques

	2016	2015
Almoxarifado	730	511
Matéria-prima	157	127
Total	<u>887</u>	<u>638</u>

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

	2016	2015
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.463	189
PIS e COFINS	340	335
ISS	7	29
Circulante	<u>3.810</u>	<u>553</u>

b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2016	2015
Imposto de Renda e Contribuição Social	63	650
PIS e COFINS	880	776
ISS	1.235	1.029
ICMS	28	37
IRRF	18	23
Circulante	<u>2.224</u>	<u>2.515</u>

c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovado pela Administração, e reconhece quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2016			2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	349	126	475	376	134	510
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	2.321	836	3.157	4.590	1.558	6.148
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	1.059	382	1.441	715	257	972
IR e CSLL diferidos s/ Contingência Tributária	260	-	260	-	-	-
Ativo não circulante	3.989	1.344	5.333	5.681	1.949	7.630
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	953	343	1.296	1.196	431	1.627
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	2.031	731	2.762	2.514	905	3.419
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso	996	358	1.354	995	358	1.353
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	836	301	1.137	836	301	1.137
Passivo não circulante	4.816	1.733	6.549	5.541	1.995	7.536
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(827)	(389)	(1.216)	140	(46)	94

As projeções de realizações dos impostos diferidos são as seguintes:

	2016	2015
Ativo diferido		
Ativo diferido a ser recuperado em até 12 meses	3.868	6.235
Ativo diferido a ser recuperado após 12 meses	1.465	1.395
	5.333	7.630
Passivo diferido		
Passivo diferido a ser realizado em até 12 meses	1.541	1.311
Passivo diferido a ser realizado após 12 meses	5.008	6.225
	6.549	7.536
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(1.216)	94

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015
Lucro antes da tributação	54.131	47.852
IR e CS sobre lucro líquido	(18.404)	(16.269)
Despesas não dedutíveis diversas	(6.312)	(11.106)
Exclusões permanentes diversas	4.688	10.608
Incentivos fiscais	477	514
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	953	(1.771)
Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores	232	855
Outros	24	24
IR e CS totais	(18.342)	(17.145)
Corrente	(17.032)	(20.077)
Diferido	(1.310)	2.932

e) Considerações sobre Lei 12.973/14

Em 1º de janeiro de 2015 entrou em vigor a Lei 12.973/14, tendo em vista que a Companhia decidiu não antecipar os efeitos desta lei em 2014, a partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes, seja dado a medida da realização desses ativos. Entretanto, a companhia adota as medidas necessárias em observância as regras especiais, contidas nos arts. 174 e 175, da Instrução Normativa 1.515/2014, nos casos de contratos de concessão de serviços públicos.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Total
Em 1º de janeiro de 2015						
Saldo inicial	2.155	68	277	629	2.692	5.821
Aquisições	321	215	18	6	1.021	1.581
Transferências	1.875	15	(3)	3	(1.890)	-
Baixas	(383)	(133)	(46)	-	-	(562)
Depreciação	(326)	(219)	(47)	(179)	(35)	(806)
Baixas	224	133	46	-	-	403
Saldo contábil líquido	3.866	79	245	459	1.788	6.437
Em 31 de dezembro de 2015						
Custo	6.013	922	473	954	2.136	10.498
Depreciação acumulada	(2.147)	(843)	(228)	(495)	(348)	(4.061)
Saldo contábil líquido	3.866	79	245	459	1.788	6.437
Em 1º de janeiro de 2016						
Saldo inicial líquido	3.866	79	245	459	1.788	6.437
Aquisições	111	291	18	817	733	1.970
Transferências	293	(40)	-	-	(253)	-
Baixas	(16)	(38)	-	(441)	-	(495)
Depreciação	(770)	(135)	(40)	(200)	(15)	(1.160)
Baixas	12	11	-	294	-	317
Saldo contábil líquido	3.496	168	223	929	2.253	7.069
Em 31 de dezembro de 2016						
Custo	6.401	1.134	492	1.330	2.616	11.973
Depreciação acumulada	(2.905)	(966)	(269)	(401)	(363)	(4.904)
Saldo contábil líquido	3.496	168	223	929	2.253	7.069

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Anualmente a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Intangível

	Infraestrutura				Marcas e Patentes	Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros (*)			
Em 1º de janeiro de 2015							
Custo	140.220	25.347	191.749	26.126	53	489	383.984
Amortização acumulada	(78.534)	(14.025)	(84.148)	-	(48)	(316)	(177.071)
Saldo contábil líquido	61.686	11.322	107.601	26.126	5	173	206.913
Em 31 de dezembro de 2015							
Saldo inicial	61.686	11.322	107.601	26.126	5	173	206.913
Aquisições	2.481	120	576	30.944	-	214	34.335
Transferências	40.681	1.276	8.237	(50.194)	-	-	-
Baixas	-	(130)	-	-	-	(16)	(146)
Amortização	(10.174)	(1.840)	(17.296)	-	(5)	(140)	(29.455)
Baixas	-	130	-	-	-	16	146
Saldo contábil líquido	94.674	10.878	99.118	6.876	-	247	211.793
Em 31 de dezembro de 2015							
Custo	183.383	26.614	200.561	6.876	53	688	418.175
Amortização acumulada	(88.709)	(15.736)	(101.443)	-	(53)	(441)	(206.382)
Saldo contábil líquido	94.674	10.878	99.118	6.876	-	247	211.793
Em 1º de janeiro de 2016							
Saldo inicial	94.674	10.878	99.118	6.876	-	247	211.793
Aquisições	-	66	66	12.706	-	64	12.902
Transferências	9.105	4.306	96	(13.507)	-	-	-
Baixas	-	(241)	(148)	-	-	-	(389)
Amortização	(17.014)	(2.240)	(18.579)	-	-	(30)	(37.863)
Baixas	-	7	-	-	-	-	7
Saldo contábil líquido	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	192.488	30.744	200.575	6.075	53	752	430.687
Amortização acumulada	(105.723)	(17.968)	(120.022)	-	(53)	(471)	(244.237)
Saldo contábil líquido	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores recuperáveis, a Companhia realiza testes para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificadas evidências de que os saldos contábeis dos ativos corpóreos ou intangíveis estivessem registrados a valores superiores aos seus valores de recuperação.

Durante o exercício de 2016, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento no montante de R\$ 1.781, diretamente atribuíveis às obras realizadas ao longo da rodovia em conformidade com o direito de exploração.

13. Fornecedores e outras obrigações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais ⁽¹⁾	1.996	1.466
	<u>1.996</u>	<u>1.466</u>
Outras obrigações		
Comissões sobre fianças ⁽²⁾	228	-
Verba de fiscalização ⁽³⁾	320	295
Receita Diferida ⁽⁴⁾	602	536
Retenções contratuais ⁽⁵⁾	510	691
Seguros a Pagar ⁽⁶⁾	32	-
Energia ⁽⁷⁾	137	65
Outras	93	64
	<u>1.922</u>	<u>1.651</u>
Dividendos	6	6
Total	<u>3.924</u>	<u>3.123</u>

(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12 (doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, representam obrigações com prazos de pagamento inferiores a três meses.

(2) As comissões sobre fianças referem-se as garantias predeterminadas no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES. (Nota 14)

(3) Verbas anuais devidas ao Poder Concedente (ANTT), previstas no contrato de concessão.

(4) Antecipações recebidas de clientes referente a receitas extraordinárias, por exploração da faixa de domínio que a Companhia irá se apropriar num período até 12 (doze) meses subsequentes ao fato gerador.

(5) Referem-se aos valores retidos, a título de garantia na execução das obras, determinados através dos contratos firmados, entre a Companhia e seus prestadores de serviços, onde os respectivos valores serão devolvidos na ocasião do término das obras.

(6) Os valores referem-se aos seguros contratados pela Companhia (Nota 26).

(7) Obrigações relativas à aquisição de serviço de energia elétrica.

14. Empréstimos e financiamentos

a) Composição e movimentação do saldo em aberto dos empréstimos

Objeto	Subcréditos	Vencimento	Indexador	Encargos	Saldo inicial	Principal		Juros		Saldo final	
						Captação	Pagamento	incorridos	pagos		
				anuais (spread)	31/12/2015	Variação			31/12/2016		
						monetária					
BNDES I	A	jul/17	TJLP	1,80 % a.a.	6.807	-	(4.270)	20	358	(372)	2.543
BNDES I	B	jul/17	TJLP	2,80 % a.a.	2.919	-	(1.830)	9	172	(179)	1.091
BNDES I	C	jul/19	TJLP	1,80 % a.a.	4.742	-	(1.314)	45	314	(318)	3.469
BNDES I	D	jul/19	TJLP	2,80 % a.a.	2.033	-	(563)	19	151	(153)	1.487
BNDES III	A	jul/19	TJLP	1,89 % a.a.	26.440	-	(7.329)	245	1.769	(1.792)	19.333
BNDES III	B	jul/19	TJLP	2,89 % a.a.	11.624	-	(3.220)	109	872	(884)	8.501
Banco ABC Brasil S.A	A	set/17	TJLP	5,30 % a.a.	2.267	-	(1.280)	10	172	(183)	986
Banco ABC Brasil S.A	B e C	jul/19	UMBNDDES	4,30 % a.a.	3.254	-	(960)	(1.114)	170	(185)	1.165
Total					60.086	-	(20.766)	(657)	3.978	(4.066)	38.575
Parcela do curto prazo					21.954						18.548
Parcela do longo prazo					38.132						20.027

b) Histórico de liberação dos contratos de empréstimos

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES destinado à melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A totalidade do crédito concedido está dividida em: subcrédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661 - totalmente liberados.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os subcréditos B e D incidem juros de 2,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo. A amortização dos subcréditos A e B terminará em 15 de julho de 2017 e dos subcréditos C e D em 15 de julho de 2019.

A Companhia forneceu como garantia carta de fiança emitida pelo Banco Santander (BRASIL) S.A. com vencimento em 10 de janeiro de 2017, sendo substituída por nova carta de fiança emitida pelo Banco ABC Brasil S.A., cujo vencimento ocorrerá em 24 de novembro de 2017.

A Companhia firmou contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES automático, tendo como agente financeiro o Banco ABC Brasil S.A. Os recursos foram destinados, em parte, na construção de um posto de pesagem - Balança Fixa, Km 131 e no trecho II B – Ampliação da capacidade de subida da serra compreendido entre os Km 97,46 e Km 99,02 e, o crédito remanescente, está sendo aplicado na realização das obras da Rodovia BR-116.

A totalidade do crédito está dividida em: subcréditos A – R\$ 5.439, B – R\$ 1.360, C – R\$ 2.720 – totalmente liberados.

Sobre o subcrédito A, incidirão juros de 5,3% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Sobre os subcréditos B e C, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa Variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira (UMBNDDES), sem vinculação a repasse em condições específicas, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos financiados foram finalizados em dezembro de 2012, e a última “tranche” ocorreu em fevereiro de 2013, já que as liberações são realizadas pelo sistema de “reembolso”.

A amortização do financiamento iniciou-se em 15 de julho de 2013 e será finalizada em 15 de setembro de 2017.

A Companhia forneceu como garantia, Nota Promissória emitida pelo Banco ABC Brasil S.A com vencimento à vista, com prazo de apresentação para pagamento de até oito anos contados da data de sua emissão em 20 de agosto de 2012.

A Companhia firmou novo contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2017, com destaque para construção da terceira e quarta faixa da Serra de Teresópolis, dividido nos seguintes subcréditos: Subcrédito A – R\$ 36.913, dos quais R\$ 28.963 foram levantados até a presente data e Subcrédito B – R\$ 15.820, dos quais R\$ 12.879 foram levantados até a presente data.

Sobre o subcrédito A incidirão juros de 1,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre o subcrédito B incidirão juros de 2,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos foram utilizados até março de 2015, e amortizáveis a partir de 17 de agosto de 2015, até 15 de julho de 2019, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

O presente contrato considerou as seguintes garantias: cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor correspondente a três parcelas “*Payments*” (PMT’s) e penhor de 15,37%, das ações da Companhia em poder dos seguintes intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, Road Participações em Concessionárias LTDA e Queiroz Galvão Logística S/A.

Esse contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito a cláusulas restritivas. As principais resumidas são:

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da Companhia. Ficam excluídos do cômputo a que se refere esta cláusula, os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária; o saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato; à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático; à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente à data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.

Os demais contratos e financiamentos da Companhia não estão sujeitos a cláusulas restritivas (“covenants”).

Em 31 de dezembro de 2016, todos os “covenants” foram atendidos.

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2018	12.649	37.033 (*)
2019	7.378	1.099
Total Longo Prazo	<u>20.027</u>	<u>38.132</u>

(*) Inclui 18.389 referente ao ano de 2017.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Salários, provisões e contribuições

	2016	2015
Provisões Trabalhistas	1.786	1.648
Encargos Trabalhistas	811	881
Imposto de Renda Retido na Fonte	90	112
Participação no Resultado	1.860	1.940
Benefícios	19	9
Outros	195	163
Total Circulante	4.761	4.753

16. Contingências

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, baseado nas informações de seus assessores jurídicos. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro (Nota 26). A Administração não acredita na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. Adicionalmente, a Companhia detém R\$ 892, em dezembro de 2016 (em 2015 – R\$ 2.030), depositados judicialmente referente aos processos cíveis R\$ 849 em 2016 (2015 - R\$ 1.034), tributários (2015 - R\$ 821) e trabalhistas R\$ 43 (2015 – R\$ 175).

Composição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 31.12.2015	Adições	Baixas	Provisões Revertidas	Saldo Final 31.12.2016
Trabalhistas	1.404	972	(120)	(486)	1.770
Cíveis	15.916	142	(190)	(8.352)	7.516
Valor Provisionado	17.320	1.114	(310)	(8.838)	9.286

Houve uma redução na contingência cível, na importância de R\$ 8.352, sendo R\$ 7.341 em função da liquidação provisória dos valores envolvidos em ação ajuizada por Jaílson Bispo Ferreira em desfavor da CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000. A análise de impacto é limitada considerando que a ação está garantida por apólice de seguro, ressalvado o valor da franquia.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor atualmente registrado a título de provisão corresponde a R\$ 6.371, dos quais, parte está coberta por apólice emitida pela seguradora Bradesco Seguros, no valor histórico de R\$ 3.981, e está registrado no ativo não circulante. A Companhia possui indenizações a receber referentes a danos ocorridos em rodovias, principalmente decorrentes de estabilização de encostas, que estão cobertas no seguro. O valor a receber da seguradora totaliza R\$ 2.164 e está registrado no ativo circulante.

As demais reversões (R\$ 1.011) referem-se às provisões sobre processos julgados improcedentes ou extintos e a reavaliações de provisões antes consideradas como prováveis para possíveis.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis, considerados como perda provável, envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

(i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

(ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de ações populares, sob a alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia. Em 27 de outubro de 2011, o Juízo julgou improcedente a presente ação, não tendo acolhido a tese autoral.

Em 04 de agosto de 2015, foi publicada decisão do TRF-2ª Região, que julgou a ação popular e as apensadas. A CRT obteve êxito total em três

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

delas, desonerando-a da indenização por danos materiais e morais, bem como da isenção de cobrança do pedágio na praça PN-2, localizada no Km 71 da rodovia.

Quanto à ação popular, o TRF-2ª Região entendeu em reformar, por maioria, a sentença de primeiro grau que havia julgado improcedente o pedido de anulação do contrato de concessão.

A CRT recorreu da referida decisão judicial a fim de assegurar seus direitos e proteger sua gestão de vinte anos da concessão em vigor, bem como adotará os procedimentos processuais cabíveis para reverter tal decisão, até seu trânsito em julgado.

(iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 912. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 13.778 em dezembro de 2016, referente a processos trabalhistas, cíveis e fiscais, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	2016	2015
Trabalhistas	1.918	1.309
Cíveis	11.682	8.579
Fiscais	178	178
	13.778	10.066

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são:

	Saldo Inicial 31.12.2015	Realização	Saldo Final 31.12.2016
Provisão para manutenção	1.504	(330)	1.174
Provisão de curto prazo	255		177
Provisão de longo prazo	1.249		997

18. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001, deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001, com as seguintes características resumidas:

- 1) Forma e espécie: Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
- 2) Quantidade de títulos: 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 3) Valor da emissão (em R\$): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.
- 4) Data de emissão: 31 de dezembro de 2001.
- 5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 0,56055, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.
- 6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,16513 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.
- 7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 3º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.
- 8) Vencimento Antecipado: (Cláusulas 2.19 & 2.20):
2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário caso o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a três exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

2.20 – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 2.19 acima, a EMISSORA pagará aos detentores das Debêntures, à época em circulação, o valor nominal das Debêntures, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado auferido pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”), ou, na extinção ou invalidação deste, por qualquer outro índice que venha, de modo mais similar ao IGP-M, resguardar o valor econômico do valor nominal das Debêntures.

9) Conversibilidade:

(Cláusula 2.11.1.) Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, observando o disposto nas Cláusulas 2.11.4, 2.11.8 e 2.11.10 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 22 de março de 2021, data do término da concessão outorgada à EMISSORA, conforme Contrato de Concessão de Serviço

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 (“Contrato de Concessão”).

(Cláusula 2.11.5.) Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão, tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação, este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1 (uma) ação.

(Cláusula 2.11.7): As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

As ações preferenciais classe A da EMISSORA que forem emitidas em

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação de conversão pelo Debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, pro rata temporis, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

- 10) Destinação dos Recursos: (Clausula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

11) Remuneração:

(Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

12) Compromisso de Distribuição:

(Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. A opção de conversão que está embutida nas debêntures conversíveis e cujo valor justo na data de emissão corresponde ao prêmio das opções constitui um instrumento patrimonial, em aplicação do CPC 39.

Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores, no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963

Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676

Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total, de R\$ 7.668, corresponde ao compromisso da Companhia com os debenturistas, em caso da não conversão das debêntures.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia provisionou o valor de R\$ 21.948 correspondente à remuneração dos debenturistas.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

	Saldo Inicial 31.12.2015	Adições	Baixas	Saldo Final 31.12.2016
Debêntures	5.770	21.948	(15.913)	11.805
Valor Provisionado	5.770	21.948	(15.913)	11.805

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 86.000, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2016						2015	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
CCNE Carioca Concessões S/A	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
ROAD Participações em Concessionárias Ltda. ⁽¹⁾	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Logística S.A.	10.264	21,04	—	—	10.264	11,87	10.264	11,87
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A ⁽²⁾	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M.&G. Consultoria e Participações Ltda.	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

⁽¹⁾ e ⁽²⁾ Em agosto de 2016, a Road Participações em Concessionárias LTDA e a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A sucederam a Strata

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Construções e Concessionárias Integradas S/A e Construtora Queiroz Galvão S.A respectivamente, mantendo-se as participações acionárias.

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O total de dividendos provisionado foi calculado como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do período	35.789	30.707
Reserva legal	(1.789)	(1.535)
Base de cálculo	<u>34.000</u>	<u>29.172</u>
Percentual do dividendo	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Valor do dividendo mínimo obrigatório	8.500	7.293
Dividendo adicional pago	9.004	12.444
Dividendo adicional proposto	<u>14.456</u>	<u>3.636</u>
Total de dividendos	<u>31.960</u>	<u>23.373</u>

O estatuto da Companhia prevê dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro ajustado. Para 2016, a distribuição atribuída é 100% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os dividendos mínimos obrigatórios, o dividendo adicional pago e o dividendo adicional proposto.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no período:

	Saldo Inicial 31.12.2015	Atribuídos	Pagos	Saldo Final 31.12.2016
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	6	-	-	6
Dividendo de exercício anterior	-	5.668	(5.668)	-
Dividendo proposto	-	17.504	(17.504)	-
Total de dividendos	6	23.172	(23.172)	6

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva de ágio	3.596	3.596
Reserva para aumento de capital	-	4.048
Reserva legal	1.789	1.535
Reserva de restituição de capital	4.160	3.820
Reserva para investimentos	1.996	2.014
Reserva de retenção de lucros	77.568	68.779
Total das reservas	<u>89.109</u>	<u>83.792</u>

20. Receitas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de pedágio	200.324	194.779
Receita extraordinária	1.178	1.186
Receita de construção*	12.407	30.944
Tributos incidentes sobre as receitas	(17.259)	(17.067)
Abatimentos sobre receitas de pedágio	(2.746)	(353)
Receita líquida	<u>193.904</u>	<u>209.489</u>

* O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção. Dos valores registrados a título de receita de pedágio, R\$ 7.579 em 2016 (8.019 em 2015), correspondem a receita com partes relacionadas e R\$ 192.745 em 2016 (186.760 em 2015) referem-se a receita de pedágio com terceiros.

Do total registrado como receita de pedágio R\$ 200.324 em 2016 (R\$ 194.779 em 2015), R\$ 90.821 (79.186 em 2015) correspondem a receita obtida através de arrecadação manual e 109.503 (115.593 em 2015) correspondem a arrecadação automática de pedágio.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Custos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	3.140	2.919
Prestadores de serviço	11.085	9.867
Material, equipamento e veículos	1.602	1.767
Gastos gerais	1.419	1.120
Gastos com aluguéis	150	186
Depreciação e amortização	37.833	29.310
	<u>55.229</u>	<u>45.169</u>
Custo de operação		
Pessoal, encargos e benefícios	10.393	9.321
Prestadores de serviço	10.053	9.727
Material, equipamento e veículos	2.692	2.761
Gastos gerais	1.207	803
Custos contratuais de concessão	6.968	7.149
	<u>31.313</u>	<u>29.761</u>
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	1.152	1.338
	<u>1.152</u>	<u>1.338</u>
Custo de projetos especiais		
Prestadores de serviço	288	441
Custo apropriação	517	791
	<u>805</u>	<u>1.232</u>
Total de custos associados a receita de pedágio	<u>88.499</u>	<u>77.500</u>
Custos associados às receitas de construção		
Custo de construção	12.407	30.944
Total	<u>100.906</u>	<u>108.444</u>

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Salários, encargos e benefícios	7.481	7.312
Serviços de terceiros	3.489	4.261
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	1.339	1.159
Despesas gerais*	(213)	20.397
Despesas de remuneração de dirigentes	1.408	1.380
Total	<u>13.504</u>	<u>34.509</u>

* A redução das despesas gerais ocorreu em função da reversão da provisão de contingência cível, vide nota 16.

23. Receitas e despesas, financeiras

	2016	2015
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(2.202)	(2.756)
Variação monetária passiva	(1.217)	(2.643)
Despesa Financeira - Debêntures	(1.378)	(1.338)
Despesas bancárias	(1.117)	(499)
	<u>(5.914)</u>	<u>(7.236)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	4.396	3.268
Variação monetária ativa	1.018	967
Descontos obtidos	118	75
Outros	-	74
	<u>5.532</u>	<u>4.384</u>
Remuneração de Debenturistas	(21.948)	(17.447)
Total	<u>(22.330)</u>	<u>(20.299)</u>

24. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados

a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)

A Companhia atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 31 de dezembro de 2016, foram atribuídos aos empregados e diretores, R\$ 2.072 (R\$ 1.782 em 2015).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 3.000.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	2016			2015		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	1.308	100	1.408	1.271	109	1.380
Bônus variáveis (i)	891	-	891	617	-	617
Outros	59	-	59	57	-	57
Total	2.258	100	2.358	1.945	109	2.054

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

25. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2016			2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	19.350	16.439	35.789	16.602	14.105	30.707
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro por ação (R\$)	396,63	436,28	413,91	340,31	374,34	355,14

(*) Para o lucro diluído em 31 de dezembro de 2016 e 2015, vide quadro abaixo:

	2016			2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	11.467	24.322	35.789	9.838	20.869	30.707
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	4.641	9.845	14.486	3.689	7.826	11.515
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	16.107	34.167	50.274	13.527	28.695	42.222
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.076	142.862	48.786	94.076	142.862
Lucro por ação (R\$)	330,17	363,18	351,91	277,27	305,02	295,55

⁽¹⁾ A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição decorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição uma vez que a remuneração das debêntures é equivalente a remuneração das ações em circulação.

⁽²⁾ Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT

Notas explicativas da administração às demonstrações

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 100% em 2016 e 2015. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 18.

26. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) - compreendendo a totalidade da Rodovia BR-116/RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 31 de dezembro de 2016:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	7.000	12.09.16 a 12.09.17	Fairfax Brasil Seguros Corporativos
Riscos Operacionais	65.000	11.07.16 a 11.07.17	HDI Global Seguros
Garantia	27.535	22.11.16 a 22.11.17	Fator Seguradora
Administradores e Diretores	20.000	15.02.16 a 15.02.17	AIG Seguros Brasil
Automóveis	3.246	30.01.16 a 30.01.17	Tokio Marine Seguradora
Automóveis	200	31.08.16 a 31.08.17	Liberty Seguros

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.

Concessionária Rio Teresópolis S.A. – CRT

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A (“Concessionária”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ) s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Concessionária Rio Teresópolis S.A. – CRT

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A (“Concessionária”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ) s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Ricardo Fraiha Bustani

Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores